



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de informação ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, sobre a imposição de sigilo de 5 anos em documentos relativos aos negócios dos irmãos Batista.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se que sejam solicitadas informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, sobre a imposição de sigilo de 5 anos em documentos relativos aos negócios dos irmãos Batista, controladores do Grupo JBS, com o governo do ditador venezuelano Nicolás Maduro.

A fim de esclarecer sobre as seguintes perguntas:

- 1 - Quais foram os fundamentos legais utilizados para impor sigilo de 5 anos aos documentos relativos aos negócios dos irmãos Batista com o ditador de Nicolás Maduro?
- 2 - A decisão de impor sigilo foi tomada por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores ou de outro órgão do governo federal? Em caso afirmativo, qual órgão?
- 3 - Qual é o conteúdo específico dos telegramas diplomáticos que foram classificados como confidenciais?
- 4 - Os documentos sigilosos contêm informações que poderiam comprometer a segurança nacional ou a relação diplomática entre Brasil e Venezuela? Se sim, quais?
- 5 - Houve participação ou intermediação de agentes ou instituições brasileiras nos negócios realizados pelos irmãos Batista na Venezuela? Em caso afirmativo, quais?
- 6 - Os negócios mencionados contaram com financiamentos ou subsídios de instituições financeiras públicas brasileiras, como o BNDES? Se sim, quais os valores envolvidos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 11/02/2025 16:33:09.250 - Mesa

RIC n.352/2025

- 7 - Por que o governo brasileiro considera que a publicidade desses documentos poderia prejudicar o interesse público?
- 8 - Existe previsão para revisão ou reavaliação do sigilo imposto a esses documentos? Se sim, em que condições?
- 9 - Quais medidas o Ministério das Relações Exteriores adotou para garantir a transparência em relação aos demais documentos diplomáticos envolvendo a Venezuela?
- 10 - O governo brasileiro tem conhecimento de eventuais irregularidades ou práticas lesivas ao interesse público nos negócios realizados pelos irmãos Batista na Venezuela? Em caso afirmativo, quais providências foram adotadas?

JUSTIFICAÇÃO

A recente imposição de sigilo de 5 anos sobre telegramas diplomáticos que envolvem transações comerciais dos irmãos Batista com o regime do ditador Nicolás Maduro levanta sérios questionamentos quanto à transparência e ao interesse público. Considerando que tais negociações podem implicar o uso de recursos públicos brasileiros, por meio de financiamentos ou apoio estatal, é imprescindível que sejam esclarecidos os motivos que levaram à classificação desses documentos como confidenciais.

Em um Estado de Direito, a publicidade é a regra, e o sigilo deve ser a exceção, especialmente quando se trata de informações relacionadas às relações internacionais e às políticas comerciais que envolvem o governo brasileiro e agentes privados com histórico de controvérsias.

A atuação dos irmãos Batista na Venezuela é uma questão de grande relevância para a sociedade brasileira, dado o impacto de suas ações no cenário econômico e político internacional. A transparência é essencial para garantir que os interesses da população brasileira não sejam prejudicados em benefício de interesses privados ou de regimes autoritários.

Além disso, a decisão de impor sigilo em documentos de interesse público pode ser interpretada como tentativa de ocultar informações relevantes para o controle social e para o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

cumprimento das funções fiscalizatórias do Poder Legislativo. Tal postura compromete a confiança da população nas instituições democráticas e exige uma resposta clara e transparente do governo.

Diante disso, este Requerimento de Informação busca esclarecer os reais motivos e os fundamentos legais que embasaram a decisão do governo brasileiro de classificar como sigilosos os documentos em questão, assegurando o cumprimento do princípio da publicidade e a defesa do interesse público.

Eis porque solicito aos deputados o apoio a este Requerimento de informação, para que os parlamentares tenham informações concernentes ao papel do Governo Federal nas questões acima citadas.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 11/02/2025 16:33:09.250 - Mesa

RIC n.352/2025

